

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
EDUCACIONAIS

TATIANA DUARTE DE SOUZA

O IDEB E A PRÁTICA JORNALÍSTICA

CURITIBA

2011

TATIANA DUARTE DE SOUZA

O IDEB E A PRÁTICA JORNALÍSTICA

Monografia apresentada como
requisito parcial à obtenção do título
de especialista em Políticas Públicas
Educaionais.

Orientação: Prof. Me. Marcos
Ferraz.

CURITIBA

2011

EPÍGRAFE

“Se você quiser alguém em quem confiar, confie em si mesmo. Quem acredita sempre alcança.” (Renato Russo)

AGRADECIMENTOS

À Deus, que esteve comigo sempre, me dando forças para continuar.

À minha filha, Taís, que teve paciência para me esperar pra brincar.

À toda minha família e ao meu orientador, professor Marcos Ferraz, que com muita sabedoria e paciência, me ensinou muito nestes últimos meses.

RESUMO

Este estudo relaciona a prática jornalística e a divulgação do Índice da Educação Básica (Ideb) na imprensa nacional e regional. O Ideb foi instituído em 2007. É a principal política pública das metas educacionais até 2021. Apresenta as contradições entre a política do Ideb com a prática jornalística. Resulta na análise de reportagens veiculadas em jornais de grande circulação regional e nacional. Demonstra que a política e a prática jornalística convergem na manutenção dos rankings educacionais.

Palavras-chaves: Ideb, rankings educacionais, prática jornalística, políticas de avaliação.

ABSTRACTS

This study relates to journalistic practice and dissemination of the Index of Basic Education (Ideb) in national and regional press. The Ideb was established in 2007. It is the main educational goal of public policy by 2021. It presents the contradictions between the policy Ideb with journalistic practice. Analysis results in reports conveyed in newspapers of general circulation regionally and nationally. Demonstrates that the political and journalistic practice converge in the maintenance of educational rankings.

Keywords: Ideb, rankings educational, journalistic practice, evaluation policies.

SUMÁRIO

Introdução	08
1. Os Sistemas de Avaliação em Larga Escala no Brasil	10
1.1 As lógicas dos gestores, movimentos sociais, organismos internacionais e suas influências na implantação do sistema de avaliação	11
1.2 O surgimento do Ideb e a composição do PDE	16
1.3 O ato de avaliar e a mudança de comportamento do avaliado	18
2. O Ideb, a divulgação das avaliações e os rankings educacionais	20
2.1 A prática jornalística	25
3 - O Ideb nos jornais e um estudo de caso	29
3.1 A divulgação do Ideb e as mudanças de comportamento na comunidade escolar	31
Considerações Finais	33

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende analisar a prática jornalística e a sua relação com a divulgação do Índice da Educação Básica (Ideb), que ocorreu a partir de 2007, com a criação do índice por parte do Ministério da Educação (MEC). O Ideb é um indicador que reúne informações sobre o desempenho de estudantes nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, frequência e rendimento escolar. Tal indicador norteia todo o Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE) criado pelo governo Lula, em 2007. É a partir do Ideb que o PDE estabelece metas a serem cumpridas até 2021, ano que antecede o bicentenário da Independência do Brasil. Uma das principais metas é que todas as escolas, municípios e unidades da federação, que fazem parte do sistema público de ensino brasileiro, alcancem a o índice 6, média educacional similar a de países desenvolvidos.

Para ser possível fazer esta relação entre a divulgação do Ideb com a prática jornalística, este estudo mostra como se deu a construção da sistemática de avaliação em larga escala no Brasil. Para tanto, analisa as diferentes lógicas que influenciaram na construção desta sistemática de avaliação: gestores, movimentos sociais, estudantes e, após a divulgação do Ideb, das famílias. As três primeiras lógicas aparecem mais fortemente nos anos 1990, justamente quando o Estado brasileiro iniciou o primeiro modelo de avaliação em larga escala. Surge também numa época em que a busca por educação de qualidade passou a ser preocupação destes setores da sociedade.

O surgimento do Ideb culminou com a divulgação dos resultados desagregados por unidades da federação, municípios e escolas. Antes, mesmo com a realização de avaliações em larga escala, não era feita uma divulgação dos resultados que permitisse fazer comparações deste nível. Aliada à abertura dos resultados do Ideb para a população que em geral temos a prática jornalística, que está ancorada no que é jornalismo, o é notícia e como ela é produzida. Dificilmente os grandes meios de comunicação publicariam os resultados se não por rankings educacionais. Soma-se a esta prática, uma estratégia de Comunicação adotada pelo MEC que também facilitaria a construção destes rankings, o embargo, que no meio jornalístico significa a entrega antecipada de informações por uma fonte, no caso o

MEC, aos jornalistas, com o compromisso de que estas informações sejam publicadas com data e horário pré-determinado.

O ranking passou então a ser principal maneira utilizada pela mídia para divulgar a política do Ideb, uma contradição entre a política e a prática jornalística. Segundo o MEC, os resultados do Ideb deveriam ser analisados pela própria escola, município e unidade da federação, para mostrar o diagnóstico e apontar metas a serem alcançadas. O Ideb foi criado, segundo o MEC, para mostrar o resultado por escolas e estabelecer metas para cada uma das escolas se desenvolverem a partir do desempenho medido, em 2005.

Porém, o próprio MEC adotou estratégias de comunicação para massificar a divulgação do Ideb, embora defenda que esta ação ocorreu para promover um controle social da qualidade de educação. Este estudo pretende mostrar se efetivamente ocorreu este controle e quais foram os impactos desta divulgação para as comunidades escolares e o impacto da prática dos agentes políticos e sobre a própria execução da política.

Para isso, este trabalho traz análises de reportagens publicadas nos jornais Folha de São Paulo e Gazeta do Povo, em dias que sucederam à publicação do Ideb 2005, 2007 e 2009. Esta análise pretende observar se o ranking é mesmo a prática jornalística mais utilizada nestes dois jornais de grande circulação.

Outro ponto que a observação destas reportagens irá revelar é que os comportamentos dos agentes políticos se alteram conforme a divulgação do Ideb. E que esta mudança de comportamento poderá inclusive influenciar a política de avaliação. Todo o trabalho foi desenvolvido tendo como base o pensamento de Bordieau e partindo do princípio de que a Educação é disputada no campo político, em que diversos atores estão em constantes disputas pela cultura dominante.

CAPÍTULO I

OS SISTEMAS DE AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NO BRASIL

A discussão sobre a qualidade nos sistemas de ensino público tem incentivado um processo de diagnóstico e controle por meio das avaliações de larga escala nos sistemas educacionais. As avaliações do sistema educacional surgem num contexto que vai além da busca de vagas no sistema público de ensino e é reflexo de esforços travados por parte da sociedade civil organizada e por governos, em busca de mudanças na educação básica brasileira nas últimas décadas.

Após a conquista de praticamente a universalização do acesso no ensino fundamental, em 1993, a preocupação de diversos setores da sociedade passa a ser pelo acesso à educação com qualidade. A universalização do acesso já era considerada praticamente conquistada no Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) , 90,2% das crianças, com idades entre 7 e 14 anos, frequentavam a escola. Com isso, o acesso à educação com qualidade no Brasil passa a ser uma preocupação dos movimentos sociais, gestores e de financiadores internacionais.

Tais preocupações de diferentes setores acabaram gerando pressões sociais e influenciando a implantação do sistema de avaliação em larga escala do sistema público de ensino no Brasil. Neste contexto, considera-se que a educação é disputada no campo político. De acordo com Bordieu (2004), o campo político pode ser entendido como campo de luta onde os atores que operam na política estão em permanente disputa pelo domínio do poder simbólico.

“A função propriamente ideológica do campo de produção ideológica realiza-se de uma maneira quase automática, na base da homologia de estrutura entre o campo de produção ideológica e o campo de luta de classes. A homologia entre os dois campos faz com que as lutas por aquilo que está especificamente em jogo no campo autônomo produzam automaticamente formas eufemizadas das lutas econômicas e políticas entre as classes.” (p. 14)

O pensamento de Bordieu (2004) será utilizado neste trabalho para mostrar como as preocupações de diferentes setores sociais refletiram na composição do sistema nacional de avaliação educacional do Brasil. Segundo Bordieu a ordenação

do campo político é fruto de disputa entre vários atores que criam jogos políticos. O ordenamento do campo político ocorre como forma de dominação em que os atores ora constroem ou impulsionam o processo de ordenação do campo político. Compreender como se deram o ordenamento dos diversos atores na composição do sistema de avaliação de ensino é essencial para o entendimento da relação entre a política pública, no caso o Índice da Educação Básica (Ideb), com a mídia.

Portanto, inicialmente, é imprescindível compreender que no campo da educação, foi preciso mais de um século e meio de lutas entre diferentes forças e atores sociais para sua constituição como um direito social. Somente na Constituição de 1988 que a educação passa a ser tratada como “direito de todos e dever do Estado e da família”. Segundo Cury (2002) esta mudança põe em marcha o direito a uma educação básica e demonstra uma “ação responsável do Estado e suas obrigações correspondentes”. Como a educação básica no Brasil é um serviço público da cidadania, a Constituição de 1988 passa a reconhecer a educação como direito social e dever do Estado. Segundo Cury (2002) “Mesmo quando autorizada pelo Estado a oferecer esse serviço, a instituição privada não deixa de mediar o caráter público inerente à educação. Só que esta ação obrigatória do Estado vai se pôr em marcha no interior de um Estado federativo.” (p. 04)

Outra mudança importante para a educação brasileira e que merece ser observada no contexto do surgimento da avaliação de larga escala no Brasil, foi a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei número 9.394/96). Após a Constituição de 1988, que já previa a sua criação, a nova LDB foi aprovada com intensa participação de diversos atores que compõem a sociedade civil organizada. A LDB é considerada a lei máxima da educação brasileira. Com a sua aprovação, em 1996, a educação brasileira passou a ser dividida em educação infantil, educação básica e ensino superior.

1.1 As lógicas dos gestores, movimentos sociais, organismos internacionais e suas influências na implantação do sistema de avaliação

Mas como se deram as mudanças educacionais no Brasil e quais as implicações na implantação do sistema de avaliação educacional brasileiro? De acordo com Vieira (2009), as mudanças na educação brasileira coincidem com transformações amplas, decorrentes do processo de reordenamento mundial conhecido como globalização, quando as demandas pela educação foram

intensificadas. Tal situação ocorre de maneira simultânea com o processo de redemocratização do país, quando crescem as reivindicações por parte dos mais diferentes setores sociais. “Tais circunstâncias geram pressões, por formas de operacionalização mais abertas e eficazes, de políticas e de gestão educacionais” (p. 35). No que se refere às políticas adotadas que culminaram na implantação de um sistema nacional de avaliação, também houve reflexo de diferentes preocupações de atores sociais pela oferta de educação com qualidade como: os gestores, os movimentos sociais, organismos e financiadores internacionais.

A intenção de submeter o sistema público de ensino a avaliações externas teve início nos anos 1980 no Brasil, e seguiu uma tendência de avaliações que já vinham ocorrendo em diversos países nas últimas décadas. De acordo com Afonso (2005), ao longo da década de 80, a avaliação dos sistemas educativos aparece associada à responsabilização pelos resultados do desempenho dos alunos, por meio de testes de larga escala.

“Há uma relação entre avaliação e responsabilização que faz com que a primeira se desenvolva e adquira maior visibilidade em épocas em que os movimentos de reforma exigem uma maior participação e controle sobre a implementação de políticas para a educação” (Afonso, 2005, p. 44).

Há então, a partir da década de 1980, um interesse por parte dos gestores na busca de um maior controle sobre a eficácia das políticas adotadas para a educação, sem que isso necessariamente signifique uma regulação estatal. De acordo com Zampiri (2009), no âmbito das avaliações dos sistemas educacionais o monitoramento é feito com o objetivo de controlar a ação das escolas. “Quando o Estado atua como promotor do direito à educação terá nos instrumentos avaliativos a possibilidade de controle sobre um possível efeito das políticas educacionais na sua materialização”. Ressalta-se que este estudo diferencia-se do apresentado por Zampiri (2009), pois não trata-se de uma análise dos sistemas de avaliação brasileiros, mas relaciona uma política de avaliação, o Ideb, com a prática jornalística e o efeito que a divulgação do Ideb nos meios de comunicação de massa podem causar na opinião pública.

Além do interesse do Estado, a composição de sistemas de avaliação também passam a ser alvo de preocupação dos organismos e financiadores internacionais. No Brasil, é somente na década de 1990 que as avaliações do

sistema educacional assumem o modelo das que conhecemos atualmente, com diretrizes dadas pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). No Brasil, a Conferência resultou no Plano Decenal de Educação Para Todos, em 1993. “Com esse plano o Brasil traçava as metas locais a partir do acordo firmado em Jontiem e acenava aos organismos multilaterais que o projeto educacional por eles prescrito seria aqui implantado” (SHIROMA et al., 2002, p. 62).

As ações de cunho internacional chegaram ao Brasil e países da América Latina desde a década de 1970, mas ocorreu com maior intensidade entre os anos de 1980 e 1990. De acordo com Libâneo (2007) foi no início da década de 1990, durante o governo de Fernando Collor de Melo, que houve uma priorização da educação nos países do Terceiro Mundo, especialmente com a meta de universalizar o acesso ao ensino fundamental, também estabelecida pela Conferência. Já Soares (2004) chama a atenção para o fato de que também participaram deste evento mundial o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial (BM). Souza (2004) ressalta que as orientações priorizavam que as verbas públicas no ensino básico deveria dar “ênfase na escrita, leitura e cálculos matemáticos como forma de superar as disparidades educacionais de grupos excluídos” (p. 29).

A Conferência Mundial, em 1993 e as metas estabelecidas por ela, vem de encontro após um período de aplicação de recursos no ensino público por parte dos financiadores internacionais. Em escala nacional, as primeiras aproximações com as agências internacionais começaram com o governo de Fernando Collor de Mello. De acordo com Libâneo (2007), ao fazer os primeiros acordos internacionais, o governo Collor lançou as bases educacionais do Estado para o mercado global. Para Gadotti (2000) tais bases foram mantidas no governo de Itamar Franco, quando foi criado o Plano Decenal da Educação para Todos, resultado dos primeiros encontros internacionais sobre educação e de onde surgem políticas governamentais com o objetivo de melhorar os índices da educação. Mas foi no governo de Fernando Henrique Cardoso que, segundo Libâneo (2007) foram desenvolvidas outras metas

pontuais, além do Plano Decenal da Educação, entre elas, a avaliação nacional das escolas.

No âmbito estadual, Gonçalves (2003) mostra que os empréstimos internacionais por parte do governo paranaense ocorreram após crise econômica vivida na década de 1980 e início dos anos 1990. O primeiro acordo internacional do Paraná com o Banco Mundial ocorreu em agosto de 1994 e focalizava investimentos nas primeiras séries do ensino fundamental, com destinação de recursos na compra de material pedagógico, construção e reforma de escolas, bem como o fortalecimento dos sistemas de avaliação e divulgação de resultados. Ainda no âmbito estadual, Dall'igna (2007) aponta que no mesmo ano, em outubro de 1994, houve o primeiro contrato do governo do Paraná com o BID, no valor de R\$ 100 milhões. Um segundo contrato ocorreu em dezembro de 1997, no valor de US\$ 222 milhões para a implantação do PROEM, porém exigia uma contrapartida financeira por parte do Estado, apesar do investimento ocorrer de acordo com as regras estabelecidas pelo BID.

Os movimentos sociais, que tiveram atuação marcante na história da educação pública brasileira, também se preocuparam com a oferta de educação com qualidade, porém, esta preocupação não vai de encontro, necessariamente, com a reivindicação para a implantação de um sistema de avaliação em larga escala, conforme o adotado no Brasil. As lutas e movimentos pela educação são antigos e muitas vezes invisíveis para a maioria da população, embora tenham ganhado espaço na mídia recentemente, conforme lembra Gohn (2009). Os movimentos de estudantes e sindicatos são os que aparecem com mais frequência.

“A escola pode ser polo de formação de cidadãos ativos a partir de interações compartilhadas entre a escola e a comunidade civil organizada, e as lutas pela educação, o alicerce desta nova história. A participação da sociedade civil nas lutas pela educação não é para substituir o Estado, mas para que este cumpra o seu dever: o de propiciar educação de e com qualidade para todos” (Gohn, 2009, p. 36).

As demandas dos movimentos sociais em relação à educação são históricas, acompanharam o processo de desenvolvimento do país, porém muitas vezes se restringiram aos interesses da categoria profissional, mas auxiliaram na construção de uma agenda de políticas públicas para a educação. Embora a relação entre os movimentos sociais e a educação seja antiga, vamos focar, com base em

pesquisa de Gohn (2009) em como foram formados e quais as principais reivindicações destes movimentos a partir da década de 1980, época em que o Brasil viveu a abertura democrática após longo período de ditadura militar.

Em 1987 surge o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, com papel decisivo no processo na elaboração de artigos na área da educação para a Carta Constitucional de 1988. O Fórum demandava um projeto de educação que ia além das reformas do sistema escolar. No ano seguinte, em 1988, foi lançado nacionalmente o Movimento em Defesa da Escola Pública que representou a retomada dos movimentos organizados, nos anos 1930, pelos pioneiros da educação e, em 1950, pelos intelectuais nacionalistas. De acordo com Gohn (2009) o movimento era composto basicamente por intelectuais de universidades, representantes de profissionais do magistério e contou com o apoio de 25 entidades da sociedade civil. Uma das grandes conquistas deste movimento foi a aprovação da LDB, em 1996, oito anos após a aprovação da Constituição de 1988, que previa a sua criação. Foi também com a Constituição que os trabalhadores conquistaram o direito de se sindicalizar. Com isso, a categoria dos professores e trabalhadores da educação se organiza e, em 1989, cria a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Já, nos anos 1990, a CNTE congregava mais de 30 entidades e abrangia cerca de 2 milhões de trabalhadores.

Outro movimento a ser destacado é dos estudantes universitários. Em 1984, participaram ativamente do movimento “Diretas Já”, que culminou na reabertura democrática do país. Em 1990 com o movimento “Caras-Pintadas” influenciaram na tramitação do processo de *Impeachment* no Congresso Nacional do então presidente da República, Fernando Collor de Mello, que acabou por renunciar a presidência. Nos anos 1990, o movimento dos estudantes universitários protagonizaram lutas referentes a questões específicas de seu cotidiano como as condições de infra-estrutura nas universidades, mensalidades em universidades particulares e aceitação da carteirinha da União Nacional dos Estudantes para garantir o pagamento de meia-entrada em cinemas e teatros. Outras questões acabaram sendo articuladas com políticas nacionais como a das cotas para os afrodescendentes, populações indígenas e populações de baixa renda para ingresso no ensino superior. Os estudantes também têm participado ativamente dos encontros do Fórum Social Mundial (FSM).

1.2 O surgimento do Ideb e a composição do PDE

Diante deste contexto, em que os movimentos sociais passam a participar da agenda pública da educação brasileira e ao passo que o Estado, organismos e financiadores internacionais tensionavam para que fosse estabelecida uma forma de medir a qualidade de ensino público oferecido, é que surge o sistema de avaliação em larga escala no Brasil. É a partir de 1991, que a sistemática de avaliação no Brasil se transforma em política educacional e é batizada de Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). O SAEB toma como um dos indicadores da avaliação o desempenho em provas de uma amostra de alunos do ensino fundamental e médio, em todas as unidades da federação. É a partir do SAEB que a política da avaliação externa de redes e sistemas escolares configura-se como uma nova cultura na educação nacional.

A implantação da primeira avaliação na década de 1990 iniciou com a presidência de Fernando Henrique Cardoso. Em 1995, houve uma intensificação da política de implantação das avaliações. A partir de 1996, o sistema de avaliação nacional passa a integrar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. A LDB é a lei máxima da educação nacional, conforme já explicada anteriormente. Na época de sua promulgação, em 1996, o Brasil já tinha praticamente universalizado o acesso ao ensino fundamental. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) 2005, 97% das crianças, com idades entre 7 e 14 anos, frequentavam a escola.

Com a eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2002, que era líder do Partido dos Trabalhadores, havia uma expectativa da parte dos movimentos sociais e sindicatos ligados aos educadores de todo país para que os sistemas de ensino não passassem mais por avaliações em larga escala. O entendimento destes movimentos é que este tipo de medida estava ligada com a política neoliberal, típica da gestão anterior da presidência da República. Nesta perspectiva, ainda que o Estado não elaborasse a medida mais adequada, passou a monitorar os sistemas de ensino de forma a permitir comparações entre escolas, estados e municípios, a partir da criação do Índice da Educação Básica (Ideb), conforme veremos a seguir.

Antes se faz necessário entender a sistemática de avaliação que antecedeu a criação do Ideb. O Saeb, criado em 1991, é ampliado em 2005 e o MEC cria a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional de

Rendimento Escolar, Anresc, divulgada como Prova Brasil. A Aneb ocorre de maneira amostral e é divulgada como Saeb. Já a Anresc tem caráter universal na medição de desempenho em Matemática e Língua Portuguesa (leitura) de aluno de 4ª e 8ª séries de ensino fundamental matriculados em instituições públicas de ensino.

Em 2007, surge o Índice de Educação Básica (Ideb), um indicador educacional que reúne informações de rendimento escolar (aprovação, reprovação, abandono) e de desempenho (proficiências) nos exames padronizados, como a Prova Brasil e o Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica). Esta combinação entre fluxo e aprendizagem do Ideb é expresso em valores numa escala que vai de 0 a 10. O Ideb foi instituído pelo governo Lula como eixo do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do Ministério da Educação (MEC), política pública que trata da educação básica. De acordo com Reynaldo Fernandes (2005), presidente do Ideb na época da criação do Ideb, a política do governo federal tem como norte o próprio indicador. “Todo o PDE está ancorado justamente na criação do IDEB, que pondera os resultados do SAEB, da Prova Brasil e dos indicadores de desempenho captados pelo censo escolar (evasão, aprovação e repr¹ovação)”.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) é um plano do governo federal, criado em 2007, onde um conjunto de 40 programas visam dar conseqüência às metas quantitativas estabelecidas pelo governo para a Educação. Entre o conjunto de programas está a avaliação e responsabilização por meio do Ideb.

“Todo processo educacional reclama avaliação. Não há professor que não submeta seus alunos a avaliação. A avaliação do aluno individualmente considerado tem como objetivo a verificação da aquisição de competências e habilidades que preparam uma subjetividade, na relação dialógica com outra, para se apropriar criticamente de conhecimentos cada vez mais complexos. Caso bem diferente é o da avaliação da instituição de ensino. Nesta, o objetivo é verificar se os elementos que compõem a escola estão estruturados para a oferta de educação de qualidade.” (Haddad 2007, p. 19)¹¹

¹ O Ministro da Educação Fernando Haddad é autor de publicação distribuída pelo Ministério da Educação, em 2007, que explica o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Portanto, baseado na lógica de melhorar a qualidade educacional, o governo Lula cria uma política pública, ancorada num índice que permitiu a comparação entre escolas, estados e municípios, para que, por meio da ampla divulgação deste índice, fosse estabelecido um controle social da qualidade da educação pública ofertada no Brasil. É a partir do Ideb medido no ano de 2005, foram estabelecidas metas a serem cumpridas por cada escola, município e unidade da federação, até 2021, ano que antecede a comemoração do bicentenário da Independência do Brasil.

1.3 O ato de avaliar e a mudança de comportamento do avaliado

Ao publicar os resultados do Ideb, divulgá-lo amplamente pelos meios de comunicação de massa, e permitir a comparações entre escolas, municípios e estados, o governo federal passa a apostar na mudança de comportamento do avaliado, não só no âmbito individual, mas também no controle social em que a exposição dos índices à opinião pública, por meio da publicação da política pública na mídia.

O ato de avaliar apresenta aspectos que devem ser observados quando os processos avaliativos passam por análises rigorosas. Um deles está ligado à mudança de comportamento, nas ações e estratégias dos envolvidos na avaliação. Para Zampiri (2009), a avaliação emerge de uma dada situação, mas sua operacionalização provoca regulação nos atos do sujeito. Algo que não foi levantado no estudo de Zampiri é como a política pública da avaliação tem relação com a imprensa, o que se pretende fazer neste estudo.

Na opinião de pesquisadores em avaliação educacional, como Broadfoot (2000), Afonso (2001) e Santos (2004) por meio da avaliação há um aumento de interferência e controle pelo Estado o que caracterizaria uma regulação estatal. Esta regulação, segundo Santos perpetua a cultura do desempenho.

“A cultura do desempenho é assegurada pelo Estado avaliador que legitima o controle social sobre o trabalho docente através da aferição de resultados, sendo que de certa forma, pode-se dizer que, valendo-se de argumentos que atraem o interesse público pelos seus apelos democráticos, esse tipo de Estado exerce sua função com a adesão de grandes setores da população. A emergência e o desenvolvimento do Estado avaliador são justificados e legitimados como uma importante maneira de tornar transparente para o público a forma como as instituições atuam e utilizam os recursos públicos.” (SANTOS, 2004, p. 1151-1152)

Em sua análise, Esquinsani faz análise semelhante e distingue algumas perspectivas da mídia sobre o docente em avaliações de larga escala, a partir de reportagens sobre a avaliação em larga escala em três revistas de importante circulação nacional entre os anos de 1996 e 2008. Conclui que nos discursos produzidos sobre as avaliações a “mídia é capaz de ratificar estereótipos (como a culpa docente pelo resultado discente), bem como evidenciar a cultura da meritocracia e, por conseguinte, da desigualdade ‘natural’ entre escolas de uma mesma rede de ensino”.

Porém, no contexto em que apresentamos neste estudo, onde a avaliação em larga escala no Brasil surgem num momento em que diversos setores da sociedade tensionam por uma educação com qualidade, ainda que o Estado pode não ter achado a melhor maneira de aferir esta qualidade oferecida, diferente do que apresenta Santos (2004), não se pode dizer que a cultura do desempenho é mantida e perpetuada apenas pelo Estado avaliador. Já no contexto da prática jornalística, que também mostraremos neste estudo, não se pode dizer que a mídia evidencia conceitos de meritocracia e ratifica estereótipos. O que a mídia faz é reproduzir, em forma de notícia, os acontecimentos que norteiam o dia a dia de diversos povos. Para Zampiri, a avaliação dos sistemas educacionais não pode ser considerada como ruim, pois podem gerar comportamentos que irão conduzir à melhoria da qualidade da educação ofertada. Porém defende que “(...)a avaliação como instrumento de controle de políticas educacionais só tem sentido se contribuir no aperfeiçoamento da justa distribuição do direito à educação”.

Um questionamento a ser feito é se a ampla divulgação do Ideb irá realmente criar o controle social da qualidade das escolas públicas brasileiras, conforme pretende o governo federal ao colocar o Ideb como a principal política que ancora o PDE. Além disso, deve-se ressaltar que a ampla divulgação desta política educacional resultará em efeitos na opinião pública, a partir do momento que o comportamento do sujeito também muda a partir do momento em que há uma exposição midiática, que passa a ocorrer com maior intensidade com a criação do Ideb a divulgação dos dados desagregados por escolas, municípios e Estado, conforme será retomado mais à frente neste estudo.

CAPÍTULO 2

O IDEB, A DIVULGAÇÃO DAS AVALIAÇÕES E OS RANKINGS EDUCACIONAIS

O surgimento do Índice da Educação Básica, em 2007, culminou com a divulgação dos resultados desagregados por rede em cada região, unidade da federação, município e escola, da primeira edição da Prova Brasil e do Saeb, aplicados em novembro de 2005. O primeiro ranking do resultado destas avaliações por município e por escola foi divulgado pela mídia e dois meses depois, foi publicado um ranking de municípios, com base no Ideb (COELHO, 2008).

Embora o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgue os resultados em ordem alfabética, liberava até 2009, os dados para a imprensa dias antes da divulgação oficial. No Jornalismo esta prática é chamada de embargo, que significa a impossibilidade da divulgação antes da data estabelecida pela fonte, que neste caso é o Inep. A divulgação embargada proporciona tempo hábil para que os jornais trabalhem com a informação antes de publicá-la. De acordo com Fernandes (2011)² antes deste procedimento, os jornalistas tinham pouco tempo para elaborar suas matérias após a divulgação. “Isso fazia com que a cobertura fosse menos interessante e apresentava muitos erros. Acredito que após o embargo, as coberturas de imprensa foram mais informativas”.

Fernandes (2011) ainda ressalta que antes da criação do Ideb, não era possível fazer a divulgação desagregada por escolas, municípios e estados porque o Saeb era amostral, ou seja, não era aplicado a todos os alunos da rede pública de ensino da educação básica brasileira. Já o Ideb, índice criado a partir da Prova Brasil, é universal, o que tecnicamente possibilitaria as comparações. Cabe ressaltar que, no caso do Ensino Médio, os resultados divulgados não são desagregados por escolas e municípios, justamente pelo fato de que o Ideb, neste caso, é calculado a partir da avaliação amostral e não universal. A estratégia em divulgar a política pública, no caso o Ideb, para o grande público, veio como uma forma de incentivar o controle social sobre a qualidade de ensino oferecida pelas escolas.

² Reynaldo Fernandes concedeu entrevista por e-mail para a pesquisadora em 2 de julho de 2011.

“A ideia dessa divulgação foi a de criar uma mobilização da sociedade para a melhoria do ensino, Pesquisas internacionais mostravam que a prática de divulgar resultados de avaliação por escolas melhorava o desempenho dos estudantes dessas escolas.” (Fernandes, 2011)

A divulgação do Ideb vai de encontro com o interesse do Estado por uma política de transparência e também segue as tendências de responsabilização por resultados, em busca da qualidade total, que ocorreu principalmente na década de 1980, em alguns países como nos Estados Unidos. Segundo Afonso (2005), com o crescente investimento na educação, motivado por políticas compensatórias, a divulgação dos resultados ou de produtos escolares, que ocorre por meio de avaliações em larga escala como, por exemplo, o Ideb, surgiu após uma crescente desconfiança com relação aos efeitos sociais da escolarização. Portanto, a avaliação dos sistemas educativos aparece associada à responsabilização pelos resultados escolares dos alunos.

“Há, todavia, uma relação entre avaliação e responsabilização que faz com que a primeira se desenvolva e adquira maior visibilidade em épocas e movimentos de reforma exigem uma maior participação e controle sobre a implementação de políticas para a educação”. (Afonso, 2005, p. 44)

As respostas a estas pressões pela responsabilização dependem de diferentes concepções sobre diferenciados modelos de prestação de contas. De acordo com Willis (1992) são três os modelos de responsabilização: o profissional (*professional accountability*), o gestor burocrático (*management accountability*) e o baseado na lógica de mercado (*market accountability*).

O modelo de responsabilização profissional (*professional accountability*) baseia-se no pressuposto de que só os professores têm a necessária especialização para tomar decisões pedagógicas face à complexidade dos processos de ensino e aprendizagem. “Neste modelo a educação é percebida como um bem público e espera-se que os professores, enquanto profissionais, desenvolvam os processos pedagógicos que conduzam a uma melhoria da qualidade de ensino e da aprendizagem.” (Souza, 2005, p.45). Seguindo este modelo, as avaliações deveriam atender aspectos de maior complexidade cognitiva e valorizar as modalidades formativas e interpretativas, que ajudem o estudante a aprender.

Já o modelo de responsabilização gestor burocrático (*management accountability*) atribui um papel central às estruturas da administração e faz recair

aos gestores como responsáveis por garantir condições necessárias à obtenção dos resultados educacionais. A publicização dos resultados neste modelo não é uma condição essencial.

Divergindo do modelo gestor burocrático, o modelo baseado na lógica de mercado (*market accountability*) tem como pressuposto ideológico o que vários autores definem como individualismo possessivo. Nesta perspectiva, a principal função da escola é proporcionar oportunidades para que cada indivíduo desenvolva as suas capacidades e contribua com seu esforço para o aperfeiçoamento da sociedade. Com isso, a partir deste modelo, na visão de Afonso (2005) a Educação passa a ser vista como mercadoria e não como bem público. Com a adoção de avaliação em larga escala como forma de medir a qualidade educacional, a educação brasileira passa a ser entendida como mercadoria. Esta é a visão compartilhada por diversos autores após a utilização da lógica de mercado com a adoção de mecanismos de responsabilização por resultados. Porém, esta não é a visão defendida neste estudo, conforme já foi mencionado no capítulo anterior. Seguindo o contexto de que a avaliação dos sistemas educacionais brasileiros surgem no mesmo momento histórico em que diversos setores da sociedade buscam mais qualidade na educação, o Ideb pode permear entre os dois diferentes modelos de responsabilização de resultados. Ao avaliar o aluno por uma prova (a Prova Brasil), o Ideb contribui para auxiliar o aprendizado do estudante, conforme prevê o modelo profissional. Como é uma política adotada pelo Estado, o Ideb também agrega conceitos do modelo gestor burocrático.

Com a divulgação dos resultados desagregados do Ideb, foi possível construir as comparações dos desempenhos obtidos por escolas, estados e municípios. Os resultados do Ideb eram entregues antes para a imprensa, numa ação conhecida no meio jornalístico como embargo. Tal ação, tomada pela Assessoria de Comunicação do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) demonstra como o Estado soube-se valer dos meios de comunicação de massa para reforçar a política adotada por ele.

Conti ³ (2007) explica a estratégia de divulgação adotada pela autarquia do Ministério da Educação responsável por estas estatísticas. A opção pelo embargo

³ Maria Fernanda Conti é coordenadora da Assessoria de Comunicação do Inep e produziu estudo que relaciona a divulgação do Ideb com a qualificação do debate sobre a Educação.

levou em conta a novidade e complexidade do tema na busca pelo maior entendimento possível dos jornalistas, que seriam responsáveis em propagar tais informações para a sociedade.

“Além da concepção teórica e processos relacionados, os jornalistas receberam a relação dos Idebs em cada esfera administrativa, de cada município e unidade da Federação. Findo o embargo, todas as informações e material disponibilizado aos jornalistas foram veiculados na página eletrônica do Inep, na forma de planilhas totalizadoras e sistema de consulta, com dados por estados e municípios do País”.

Portanto, nos dados disponibilizados na página eletrônica do Inep, a sociedade não encontra os rankings, porém, o Inep oferece condições de tempo, uma das principais limitações na produção midiática, para que os jornalistas construam e publiquem estes rankings.

“A divulgação dos resultados é importante para, justamente, fazermos comparações. É importante comparar escolas que recebem públicos similares, Não há muito sentido comparar uma escola de periferia, que recebe um público empobrecido, com uma escola que atende a classe média. Rankings gerais são pouco informativos sobre isso. Não tenho qualquer problema com rankings, mas as interpretações precisam ser cuidadosas para se evitar erros de julgamento. O INEP divulga o resultado das avaliações, mas não possui monopólio da interpretação. Diferentes pessoas podem julgar diferentemente os mesmos dados. Ao divulgar os resultados das avaliações o INEP não diz que a escola A é "melhor" que a B, Evidentemente, uma vez divulgado os resultados é muito fácil para qualquer um elaborar um ranking.” (FERNANDES, 2011)

Além de saber valer dos mecanismos de comunicação, ao colocar os resultados do Ideb à disposição da opinião pública, por meio dos meios de comunicação de massa, o Inep adota uma estratégia que distoia com o desenhado para a política. Política esta ressalta Fernandes (2007) que não foi criada para estabelecer se esta escola é melhor ou pior que a outra, com base nos índices obtidos. Porém, para a adequação da divulgação dos resultados do Ideb, de acordo com a prática jornalística, dificilmente as manchetes de jornais e chamadas televisivas seriam divulgadas de maneira diferente, conforme será detalhado mais à frente. Cabe ressaltar que para escolas, redes de ensino, municípios e unidades da federação, a meta do Ideb é a mesma, mas de acordo com Fernandes (2007), a lógica é que “cada sistema deve evoluir segundo pontos de partida distintos, e com esforço maior daqueles que partem em pior situação, com um objetivo implícito de redução da desigualdade educacional”.

Outra questão a ser destacada é a mudança da estratégia de comunicação do Inep, no Ideb de 2009. A divulgação antecipada para a imprensa gerou um descontentamento por parte dos secretários municipais e estaduais de educação, que ficavam sabendo dos resultados de seus estados e municípios pela imprensa de maneira antecipada, pois eram consultados pelos jornalistas para falar sobre o desempenho de suas redes de ensino. Em 2009, o Inep passa então a optar para a divulgação dos dados desagregados em primeira mão para os secretários e só depois passa a encaminhar os dados à imprensa.

Segundo Arco-Verde⁴ (2011) os Secretários de Educação que integravam o Conselho Nacional dos Secretários de Estado de Educação (Consed) à época da divulgação do Ideb 2009 formalizaram pedido por escrito ao Inep para que os dados fossem entregues primeiro às secretarias e depois aos jornalistas e que tanto o Ministro como o Presidente do Inep aceitaram as justificativas do Consed e da Undime, na época”. A divulgação de 2009 portanto ocorreu antecipadamente aos gestores, mas segundo Arco-Verde houve vazamento de informações. Fernandes também afirma que constantemente recebia pressões por parte dos gestores de que a entrega dos dados fosse feita antecipadamente para eles.

“Antes desse procedimento, os jornalistas tinham pouco tempo para elaborar suas matérias após a divulgação. Isso fazia com que a cobertura fosse menos interessante e apresentava muitos erros. Acredito que após o embargo, as coberturas de imprensa foram mais informativas. Minha experiência com a entrega antecipada dos resultados aos gestores era que as informações vazavam”. (FERNANDES, 2011)

2.1 A prática jornalística

Se por um lado, o Estado soube-se utilizar bem dos mecanismos de Comunicação, por outro, a imprensa dificilmente divulgaria os resultados do Ideb a partir de outro mecanismo que não pela construção de rankings, conforme já foi mencionado acima, independentemente do embargo. Tal ação da imprensa está ancorada no funcionamento da prática jornalística e na definição do que é jornalismo, o que é notícia e como ela é produzida.

⁴ Yvelise Arco-Verde foi Secretária de Educação do Paraná e presidiu o Consed entre os anos de 2008 e 2009.

Mas o que é esta prática jornalística? Antes de falar da prática, é necessário definir o que é o jornalismo, que segundo Traquina (2008), pode ser explicado pela frase que dá resposta à pergunta de que muitos se fazem todos os dias – o que aconteceu ou está acontecendo no mundo, na minha cidade, estado ou país? As pessoas há muitos séculos, têm desejado ser informadas sobre o que as rodeia para se manterem em dia com os acontecimentos.

“Poder-se ia dizer que o jornalismo é um conjunto de ‘estórias’, ‘estórias’ da vida, ‘estórias’ das estrelas, ‘estórias’ de triunfo e tragédia. Os jornalistas vêem nos acontecimentos do dia-a-dia como ‘estórias’ e as notícias são construídas como ‘estórias’, como narrativas, que não estão isoladas de ‘estórias’ e narrativas passadas”. (TRAQUINA, 2008, p. 21)

Porém, o jornalismo, na visão de Traquina (2008) é demasiadamente reduzido ao domínio técnico de uma linguagem e seus formatos, “e os jornalistas reduzidos a mero empregados, trabalhadores numa fábrica de notícias (p. 22)”. Lidar com a limitação do tempo e do espaço para a publicação da notícia, utilizando das técnicas jornalísticas industriais, é a principal justificativa para explicar porque o Ideb é divulgado a partir de rankings educacionais nas principais manchetes de jornais e chamadas televisivas. O destaque é para os “melhores e os piores” e não para como está se dando a aplicação da política pública estabelecida para que as metas educacionais sejam alcançadas.

Explicar como se dá a construção das notícias e sua produção não é tão simples. Além da técnica, que basicamente resume-se na construção do lead⁵ e no texto em formato de pirâmide invertida⁶, a construção notícia recebe influência da linha editorial adotada por determinado veículo de comunicação e também do interesse do próprio jornalista, que com suas vivências e observações pessoais, acaba influenciando na construção da notícia a ser abordada nas páginas dos jornais.

“Diariamente os jornalistas lidam com todos os aspectos da vida humana; diariamente, reagem a uma avalanche de acontecimentos produzidos por uma variedade de seres humanos, individualmente ou no âmbito de

⁵ Lead é uma técnica de redação jornalística que deve responder a cinco perguntas básicas do acontecimento a ser narrado: quem, quando, onde, como e porque. O lead geralmente deve estar localizado no primeiro parágrafo do texto jornalístico.

⁶ Pirâmide invertida é uma técnica baseada no jornalismo norte-americano que direciona a construção da notícia de maneira hierárquica, do acontecimento mais importante para o menos importante,

atividades de instituições, partidos, movimentos, governo, etc. O jornalismo é, por excelência, uma atividade ligada às relações humanas e, como já foi sublinhado por Harold Wilensky (1964:146), o conhecimento ligado às relações humanas é 'ao mesmo tempo demasiado abrangente e demasiado vago.'" (Traquina, 2008, p.115)

A prática jornalística, com a qual nos deparamos atualmente, começou a ser desenhada com o crescimento dos meios de comunicação, que tomou proporções industriais entre os séculos XIX e XX, quando houve a comercialização do jornalismo e a profissionalização dos seus agentes, os jornalistas. Junto a isso, houve o desenvolvimento das estruturas de um governo democrático que promoveu todo um discurso social em que o papel dos meios de comunicação estava na responsabilidade de trabalhar a notícia como informação. Este discurso surge em meados do século XIX com um novo jornalismo, o jornalismo de informação, que separa os fatos das opiniões. Neste novo jornalismo surge também a figura do repórter, profissional responsável em se esforçar pela montagem dos fatos.

"E este esforço tentava transformar o jornalismo numa máquina fotográfica da realidade, ou seja, na sua ideologia profissional, o espelho da realidade. A caça hábil dos fatos dava ao repórter a categoria comparável ao do cientista, do explorador, do historiador", (TRAQUINA, 2008, P.52).

A obsessão pelos fatos no jornalismo de informação foi acompanhada pela obsessão ao tempo e o foco ficava cada vez maior nos acontecimentos. O desenvolvimento tecnológico marcou o jornalismo no século XIX e seguiu no século XX até os dias de hoje. Com isso, os prazos ficaram cada vez mais apertados, com uma pressão cada vez maior na hora de fechamento da edição diária, o que trouxe uma valorização ao imediatismo na cultura jornalística, que chegou a culminar na transmissão direta dos acontecimentos. "As notícias tornaram-se mais orientadas para os acontecimentos, o que não quer dizer que o anterior jornalismo não noticiava acontecimentos; mas o conteúdo dominante nos jornais começou a concentrar-se nos acontecimentos, por oposição às opiniões políticas," (TRAQUINA, 2008,p.54).

Para Rodrigues (1993) o acontecimento jornalístico tem natureza especial e distingue-se do número indeterminado dos acontecimentos possíveis em função de uma ordem ditada pela lei das probabilidades que é inversamente proporcional á probabilidade da ocorrência.

“No discurso jornalístico, o acontecimento substitui o referente de que se fala, o efeito da realidade da cadeia dos signos, uma espécie de ponto zero da significação. Por isso, uma das regras da prática jornalística consiste em afirmar que a opinião é livre, mas que os fatos são soberanos”, (RODRIGUES, 1993, p. 27).

O entendimento de porque certos acontecimentos são selecionados para serem transformados em notícias e figurarem nas principais páginas dos jornais só ocorre após o conhecimento do funcionamento das redações e como se dá essas seleções. Segundo Bordieu os jornalistas partilham estruturas invisíveis, como “óculos”, através dos quais vêem certas coisas e não vêem outras. O jornalismo passa a ser, então, uma parte selecionada da realidade.

No caso das notícias veiculadas sobre o Ideb, apesar do Inep se isentar da autoria na construção dos rankings, a divulgação dos resultados dificilmente teria abordagem diferente que não a iniciada por listas que mostram as piores ou melhores notas. Embora as comparações devam ser feitas com escolas com condições sociais similares, conforme ressalta Fernandes (2011), o interesse público vai de encontro em saber qual escola no meu município ou estado está melhor e pior colocada e qual o motivo de ela se encontrar em tal condição.

É aí que entra o trabalho de seleção do jornalista dentro das redações. Ao receber uma lista em ordem alfabética de índices por escolas, municípios e estados, o interesse está em mostrar para a sociedade quem tem as melhores e piores notas, e a partir daí explicar porque e como isto ocorre. Tal prática é conceituada como valores-notícia, segundo Hall, Chritcher, Jefferson, Charke e Roberts (1993).

“A estrutura da seleção pode ser vista na organização de rotina de jornais respeitando a tipos regulares de áreas noticiosas. A organização do jornal direciona para estas categorias de acordo com o que entendem ser de interesse do leitor. Surge então o sentido valor-notícia do jornalista. Os acontecimentos que maior pontuação tenham num número destes valores-notícia terão maior potencial noticioso do que outros”, (HALL, CHRITCHER, JEFFERSON, CHARKE e ROBERTS, 1993, P.224).

O interesse do leitor dificilmente seria em saber o desempenho de escolas de condições sociais semelhantes, o acontecimento de impacto, e que irá gerar notícia nos jornais, com potencial valor-notícia, é em torno das melhores e piores notas em determinadas regiões. Tais comparações, colocadas na grande mídia e sendo difundidas amplamente na opinião pública, acabam por gerar um controle social do Ideb, sendo este o momento em que a política e sua divulgação na grande

imprensa entram em convergência, conforme veremos no capítulo a seguir, onde analisaremos também a veiculação de notícias em dois jornais, um de circulação regional e outro nacional.

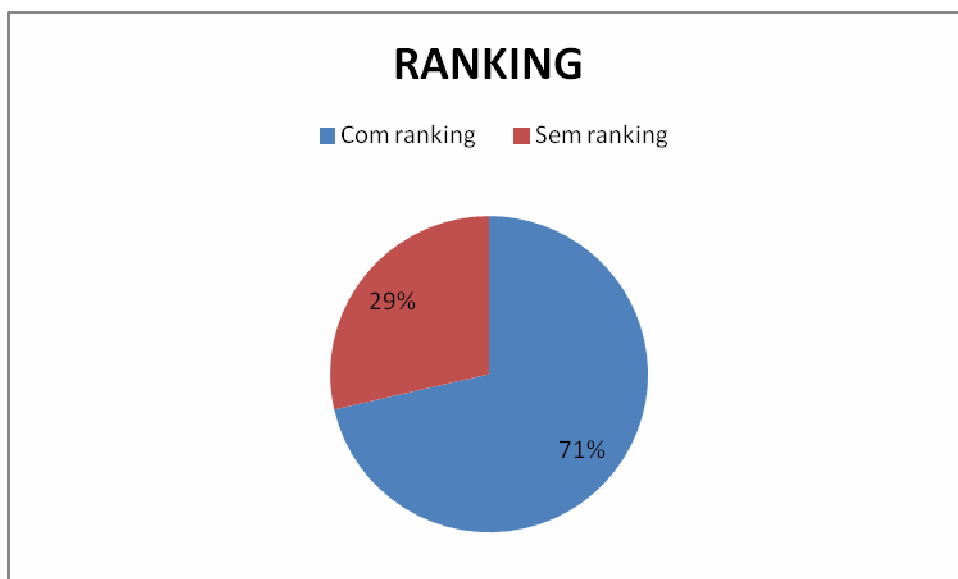
CAPÍTULO 3

O IDEB NOS JORNAIS, UM ESTUDO DE CASO

Já foi mostrado anteriormente que dificilmente o Ideb seria divulgado nos grandes meios de comunicação de massa, sem que fosse por meio de rankings. Por outro lado também vimos que o governo federal, pretendia, por meio da publicização do Ideb, promover um controle social da qualidade oferecida pelas escolas públicas brasileiras. No presente trabalho foram analisadas reportagens de dois jornais: Folha de São Paulo e Gazeta do Povo, em dias que sucederam a divulgação do Ideb nos anos de 2005, 2007 e 2009.

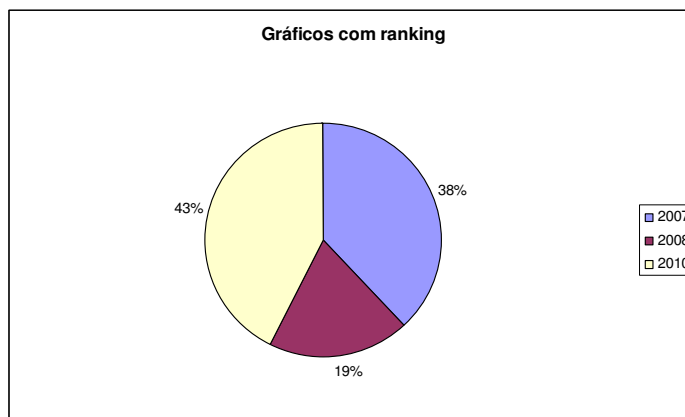
A análise foi feita observando as seguintes variáveis: o veículo, qual o tipo de destaque dado no jornal, o tipo de abordagem e se nesta abordagem havia ou não presença de ranking educacional, a partir dos resultados do Ideb divulgados. No período foram analisadas 35 publicações e deste total, 71% tiveram abordagens a partir de rankings educacionais, conforme mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Abordagens com e sem rankings



Num outro recorte dos dados, verifica-se que houve um aumento das abordagens com rankings ao longo dos anos. Curiosamente, no Ideb 2009, divulgado em 2010, ano em que o Inep alterou a estratégia de comunicação junto aos jornalistas e passou a divulgar os dados desagregados por estados, municípios e escolas primeiramente aos secretários de educação, o número de abordagens por rankings foi o maior, representando 43% de todo o período analisado, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 2 – Ranking por ano

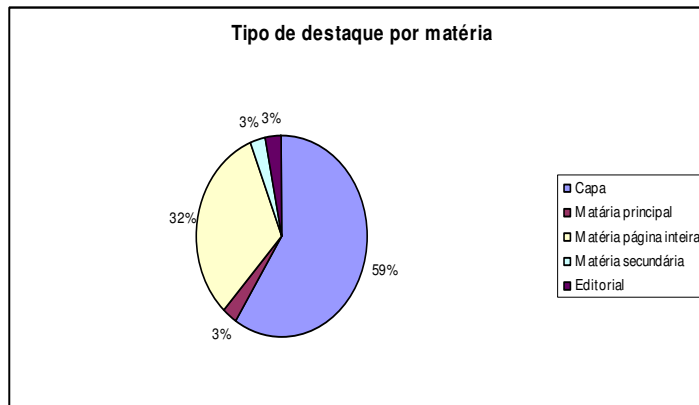


Portanto, apesar do embargo facilitar o trabalho dos jornalistas, não foi condição imprescindível para que as publicações apresentassem ênfase nos rankings. Para a Arco-Verde houve um compromisso com o Ministério da Educação (MEC) para que os resultados fossem divulgados antecipadamente aos secretários de educação.

“No entanto, tenho certeza que não foi, primeiramente, somente para os Secretários Estaduais e Municipais. A imprensa também recebeu os dados no mesmo momento. Eu estava pessoalmente na entrega. Houve sim o compromisso de não divulgar naquele mesmo dia, mas isso não foi cumprido. Ao sairmos da reunião os jornais já noticiavam alguns resultados.” (Arco-Verde, 2009)

Outro ponto interessante a ser destacado neste estudo é o tipo de abordagem dada pelos jornais aos conteúdos publicados. Do total de notícias, 59% renderam algum tipo de chamada nas capas das edições que traziam os resultados do Ideb, sendo 32% matérias de página inteira, conforme mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 3 - Tipo de destaque por matéria



3.1 – A divulgação do Ideb e as mudanças de comportamento na comunidade escolar

A ampla divulgação do Ideb também provocou mudança de comportamento na comunidade escolar, o que também é demonstrado pelas reportagens analisadas neste estudo. A Escola Municipal Madre Antônia, em Curitiba, é um exemplo, além de evidenciar que as estatísticas do Ideb também estão passíveis de erros. Em 2007 figurou na capa do jornal Gazeta do Povo como o pior resultado de Curitiba, em reportagem de Duarte, intitulada “Ideb mostra Curitiba dos extremos, com a melhor e a pior nota do ensino básico”. Um erro na aplicação na prova, apontada pela então secretária municipal de Curitiba, Eleonora Fruet, não foi considerada na tabulação dos dados do Inep. A pessoa responsável pela aplicação do exame teria trocado os gabaritos e não indicou que houve a troca para os corretores do Inep. A escola e o município de Curitiba nunca conseguiram provar junto ao Inep que houve o erro.

A comunidade escolar, segundo relata a diretora Luciana Rodrigues Alves, conseguiu reagir e lutou para buscar a superação, mas a auto-estima das crianças foi abalada. Em 2009, o resultado demonstrou um aumento de 128%, com nota de 2,8 para 4,7. “Não podemos esquecer que estamos lidando com crianças. Éramos apontados como os piores e isso mexeu com a autoestima de todos. A comunidade nos apoiou e ajudou a passar por cima deste obstáculo”, disse.

Outros exemplos são apontados nas reportagens da Gazeta do Povo. Como é o caso de escolas que comemoraram superação. A melhoria de desempenho dos alunos da Telma Bonfim, no pequeno município de Altônia, região de Cascavel, surpreendeu. Além de ter ultrapassado a meta prevista para 2021, a escola passou

de um Ideb de 0,7 em 2005 para 5,5 em 2007 – maior que a média estadual de 5,2. De acordo com a diretora, Valdeci Thomazini, em entrevista dada para a reportagem, quando a escola recebeu a notícia da avaliação anterior, a primeira atitude foi contestar os dados, mas depois a direção e a escola reconheceram que eram capazes de reagir. A escola de 360 alunos passou dois anos em tratamento intensivo para melhorar a avaliação. O tratamento contou com maior investimento em material pedagógico, incentivo à leitura e salas de apoio para alunos que apresentavam dificuldade no aprendizado. “O resultado anterior foi tão ruim que nem conseguíamos apontar onde estavam os erros. E toda a comunidade escolar assumiu o compromisso de melhorar e conseguimos. Agora queremos melhorar ainda mais”, declarou a diretora.

As situações mencionadas acima não eram comuns antes da ampla divulgação do Ideb nos meios de comunicação de massa. Com a publicização dos resultados do Ideb pela grande mídia, alguns atores da comunidade escolar começam a ser procurados por jornalistas para dar entrevistas. Os jornalistas querem saber os motivos que levam uma escola, município ou estado a serem bem ou mal sucedidos no Ideb. Secretários de Educação e até diretores de escolas, passam a ser assediados principalmente para explicar o motivo do desempenho ruim.

Estes novos atores entram na disputa do campo político, conforme prevê Bordieu. Utilizam a emoção, levantam possibilidades de erros no processo a fim de se defenderem em contraposição ao interesse coletivo.

“As ideologias, por oposição ao mito, produto coletivo e coletivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo (...) Este efeito ideológico, produz-lo a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário da comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante.” (Bordieau. 2004) (p. 11)

É a partir da superexposição dos resultados na mídia, que alguns atores, conforme descrito anteriormente, não só precisam aprender a responder ao assédio da grande mídia, como dar resposta à sociedade e também incentivar um movimento dentro de sua comunidade escolar para mudar o desempenho de sua escola, estado ou município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É visível, a partir deste estudo, que os rankings do Ideb, publicizados pela grande mídia causam efeitos em toda a comunidade escolar a partir da exposição dos resultados de seu desempenho. É perceptível também, conforme apresenta esta pesquisa, que dificilmente os resultados do Ideb seriam divulgados pela grande mídia se não fossem por rankings educacionais. Isso se deve à própria prática jornalística e na definição do que é jornalismo, o que é notícia e como ela é produzida.

Na análise das reportagens feitas em dias que sucederam a divulgação do Ideb de 2005, 2007 e 2009, nos jornais Folha de São Paulo e Gazeta do Povo, percebe-se que a maior parte das inserções (71%) ocorridas no período analisado dá ênfase aos rankings educacionais a partir dos resultados. Esta análise poderia ser ampliada a outros veículos de comunicação de massa e não esgota todas as possibilidades de pesquisa que podem ser feitas neste sentido.

Também se verificou neste estudo que o Ideb é uma política pública criada pelo governo federal e a espinha dorsal para a colocação em prática do Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE), criado pelo governo Lula em 2007. A partir do Ideb foram estabelecidas metas para que escolas, estados e municípios melhorassem o desempenho de seus estudantes. Até 2021, a meta é que todos as escolas, estados e municípios atinjam o índice 6 até o ano de 2021, data que antecede a comemoração do bicentenário da Independência brasileira.

A divulgação dos resultados do Ideb para o grande público foi uma maneira encontrada pelo Ministério da Educação (MEC) para se promover um controle social da qualidade da educação oferecida pelas escolas públicas brasileiras. Inclusive foram utilizadas estratégias de Comunicação específicas junto aos meios de comunicação de massa, para fazer a divulgação desta política. Uma destas estratégias era a de oferecer o resultado antecipado aos jornalistas, numa prática chamada de embargo. O Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) não publicava o ranking, mas dava condições de tempo para que os jornalistas trabalhassem com a informação. Teoricamente, em 2009, houve um compromisso entre o Ministério da Educação e os secretários estaduais municipais de educação

para que os gestores recebessem antes as informações, porém, segundo a então presidente do Conselho Nacional dos Secretários da Educação à época, Yvelise Arco-Verde, na prática o compromisso não foi assumido e os dados foram entregues para a imprensa antecipadamente. Curiosamente foi no ano de 2010, quando o Ideb 2009 foi divulgado, em que o houve um maior número de reportagens contendo rankings.

Mas voltando à estratégia principal do MEC, de promover um controle social da qualidade do ensino público brasileiro a partir do Ideb, este estudo considera que não houve um controle social sistêmico do Ideb, mas que ocorre de maneira individual e pulverizada. Ao abrir os resultados do Ideb, o governo federal também tornou possível que os meios de comunicação e a própria sociedade fizessem comparações por escolas, municípios e estados. Tais comparações foram difundidas amplamente pela opinião pública, o que gerou um controle individualizado do Ideb. Ou seja, cada leitor, pode individualmente escolher a escola que seu filho vai estudar ou até mesmo influenciar na escolha de parentes e conhecidos.

Outra observação importante, que este estudo permite fazer, é que os comportamentos dos agentes políticos se alteram conforme a divulgação do Ideb. O que nos permite concluir que a divulgação do gera reação dos agentes políticos e acabam influenciando a política de avaliação.

Cabe ressaltar que este estudo não esgota todas as possibilidades de análise que podem ser feitas relacionando a divulgação do Ideb com a prática jornalística, uma vez que está restrito a análise de dois jornais impressos. Sugere-se que estudos mais aprofundados sobre a relação entre a divulgação da política e a opinião pública sejam realizados, com a observação de reportagens realizadas em outros veículos de comunicação de massa.

Além disso, este trabalho não conseguiu esgotar todas as possibilidades sobre o impacto que a divulgação do Ideb pode ter trazido para as comunidades escolares. Sugere-se, inclusive, uma pesquisa de opinião para que seja conhecida a opinião de pais, estudantes e educadores sobre a publicação de rankings educacionais.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela Afonso. **Avaliação Educacional: Regulação e Emancipação**. São Paulo, Cortez Editora, 2005.

ALSINA, Miguel Rodrigo. **La Construcción de la Noticia**. Barcelona, Paidós Comunicación, Barcelona, 1996,

BRASIL, Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, Princípios e Programas**. Brasília, 2007. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me004370.pdf>>. Acesso em 20 de junho de 2011.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 1º de junho de 2011.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. **Decreto nº 6094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm>. Acesso em 18 de setembro de 2010.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 25 de maio de 2011.

CONTI, Maria Fernanda Vitorino. **Imprensa e Qualificação do Debate sobre Educação: A divulgação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) como prática de comunicação pública**. Monografia de especialização em

Assessoria de Comunicação Pública do Instituto de Educação Superior de Brasília. Brasília, 2008.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Por um Sistema Nacional de Educação**. São Paulo, Editora Moderna, 2010.

ESQUINSANI, R. S. S. **A Representação midiática sobre o professor: políticas perfis e caricaturas**. Artigo apresentado na Anped Sul 2010.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica: Metas Intermediárias para a sua trajetória no Brasil**, Estados e Escolas. Brasília: Inep, 2007. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em 10 de setembro de 2010.

FREITAS, Luiz Carlos de. Eliminação Adiada: **O Ocaso das Classes Populares no Interior da Escola e a Ocultação da (Má) Qualidade de Ensino**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 965-987, out. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Lutas e Movimentos pela Educação no Brasil a partir de 1970**. Revista Científica Eccos, Volume 11, São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, Deuseles de. **(Des) Articulações das Escalas de Poder e Políticas Educacionais no Paraná a Partir da Constituição de 1.988**. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao novo Plano Nacional da Educação: por uma outra política educacional**. Campinas, Editora Autores Associados, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da Educação**. Campinas, Editora Autores Associados, 2008.

TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**. Lisboa, 1993.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo Volume 1. Porque as notícias são como são**. Florianópolis, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo Volume 2. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional.** Florianópolis, 2008.

ZAMPIRI, Marilene. **Políticas Educacionais e Resultados Estudantis: A Medida da Política em Ação.** Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Paraná, 2009.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Educação Básica: política e gestão da escola.** Brasília, Editora Liber Livro, 2009.

ANEXOS

Entrevista com Reynaldo Fernandes, professor do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo (USP), concedida por e-mail em 14/07/2011. Fernandes foi presidente do Inep (Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) entre os anos de 2005 e 2009.

- Diferentemente do que ocorria com o SAEB anteriormente, com a implantação do Ideb, em 2007, o Inep passa a divulgar os resultados desagregados por escolas, municípios e unidades da federação. Por que o Inep optou na divulgação dos resultados desagregados para o público em geral?

R: O SAEB era amostral e, portanto, não permitia a divulgação dos resultados por escolas e municípios. Com a Prova Brasil em 2005 (e depois o IDEB) foi possível apresentar resultados por escolas e municípios. A idéia dessa divulgação foi a de criar uma mobilização da sociedade para a melhoria do ensino, Pesquisas interb[nacionais mostravam que a prática de divulgar resultados de avaliação por escolas melhorava o desempenho dos estudantes dessas escolas.

- A metodologia do SAEB permitia que os resultados fossem divulgados de maneira desagregada por escolas, municípios e unidade da federação? Se permitia, porque essa divulgação não era feita?

R: Como já respondido, não era possível divulgar o SAEB por escolas. É importante destacar que o esforço de se passar de uma prova amostral para uma prova universal é enorme.

- Uma vez que o Inep optou pela divulgação dos resultados do Ideb desagregados, porque não se optou pela divulgação de rankings?

R: A divulgação dos resultados é importante para, justamente, fazermos comparações. É importante comparar escolas que recebem públicos similares, Não

há muito sentido comparar uma escola de periferia, que recebe um público empobrecido, com uma escola que atende a classe média. Rankings gerais são pouco informativos sobre isso. Não tenho qualquer problema com rankings, mas as interpretações precisam ser cuidadosas para se evitar erros de julgamento. O INEP divulga o resultado das avaliações, mas não possui monopólio da interpretação. Diferentes pessoas podem julgar diferentemente os mesmos dados. Ao divulgar os resultados das avaliações o INEP não diz que a escola A é "melhor" que a B, Evidentemente, uma vez divulgado os resultados é muito fácil para qualquer um elaborar um ranking.

- Qual a sua opinião sobre os rankings construídos a partir dos resultados do Ideb?

R: Os rankings são uma forma de apresentar os resultados. O problema é a interpretação que se faz desses rankings. Uma escola pode fazer um excelente trabalho e, ainda assim, não aparecer em uma boa posição no ranking. É conhecido que a influência das condições socioeconômicas dos estudantes são mais importantes do que a escola para "explicar" os resultados obtidos nos exames.

- Até a divulgação do Ideb 2009, que ocorreu após o senhor deixar a presidência do Inep, os resultados eram entregues antes para a imprensa e depois para o público em geral, numa estratégia conhecida como embargo. Por que houve a opção pelo embargo?

R: Antes desse procedimento, os jornalistas tinham pouco tempo para elaborar suas matérias após a divulgação. Isso fazia com que a cobertura fosse menos interessante e apresentava muitos erros. Acredito que após o embargo, as cobertura de imprensa foram mais informativas.

- O senhor ou o Inep recebeu algum tipo de pressão por parte dos secretários municipais e estaduais de Educação para que os resultados fosse entregues primeiramente a eles, e somente depois, divulgados à imprensa?

R: Sim, constantemente.

- Em 2009, o Inep passou a divulgar os resultados desagregados por escolas, municípios e unidades da federação primeiramente aos Estados e Municípios. O que o senhor acha desta estratégia?

R: Acho correta. O problema é evitar o vazamento. Minha experiência com esse procedimento é que os dados vazavam.

Entrevista Yvelise Arco-Verde, concedida em 27/06/2011, por e-mail. Arco- Verde foi Secretária de Educação do Paraná entre 2008 e 2010. Presidente do Conselho Nacional dos Secretários em Educação (Consed) nos anos de 2009 e 2010.

- A senhora concordava com a divulgação dos resultados do Ideb antecipada para a imprensa?

Desde que fosse antecipada para os Gestores também.

- Qual era a opinião e o posicionamento do Consed com relação à divulgação antecipada para os jornalistas?

Normalmente, de posse antecipada dos dados, a imprensa (com a análise já elaborada) queria entrevistar os Gestores Estaduais e Municipais, quando não, as Direções das Escolas. É muito difícil dar entrevistas, enquanto Gestor, sem a análise antecipada dos dados, em seu conjunto e em partes. Ocorrem respostas evasivas, sem fundamentação, sem o devido preparo que o público merece e exige. O Ideb funciona como o maior articulados de políticas de controle social que a Educação já teve. Não pode ser tratado com pressa e sem as devidas análises, que são, necessariamente, mais demoradas do que o simples anúncio de resultados. Embora a imprensa sempre tenha pressa e "admire" os "furos de reportagens" há um papel social importante de ser cumprido que exige maturidade, profissionalismo e respeito à população.

- Houve algum tipo de movimento, por parte dos Secretários da Educação, junto ao MEC para que os resultados do Ideb fossem divulgados antes para as Secretarias de Educação?

Sim, o Consed solicitou formalmente ao Ministro da Educação que dados avaliativos e mais especialmente o Ideb, fosse apresentado aos Gestores de forma antecipada, como com a imprensa. Tanto o Ministro como o Presidente do Inep aceitaram as justificativas do Consed e da Undime, na época.

- Em 2009, o Inep mudou de estratégia na divulgação do Ideb e passou a entregar os resultados desagregados por Estados, Municípios e Escolas

primeiramente para os Secretários Estaduais e Municipais. Qual a sua opinião sobre esta prática?

De fato, não houve nesse ano uma entrega ou desvio de informação antecipada para a imprensa. No entanto, tenho certeza que não foi, primeiramente, somente para os Secretários Estaduais e Municipais. A imprensa também recebeu os dados no mesmo momento. Eu estava pessoalmente na entrega. Houve sim o compromisso de não divulgar naquele mesmo dia, mas isso não foi cumprido. Ao sairmos da reunião os jornais já noticiavam alguns resultados.

- Qual a sua opinião sobre a publicação dos resultados do Ideb por meio de rankings educacionais?

Esta questão merece uma análise mais profunda sobre a concepção, metodologia e objetivos do Ideb. Está claro que a concepção anunciada não se articula com a prática. O Ideb funciona sim por ranking. Isso é real e não pode ser negado. O Mec anuncia que o que importa é que a avaliação sirva de diagnóstico para a melhoria do desempenho, na busca de novas estratégias e na análise dos dados e números apresentados em cada unidade (seja escolar, municipal, estadual, regional ou nacional). Embora isso esteja, em parte, ocorrendo, o peso maior do Ideb tem sido a comparação, o ranquiamento, a disputa e o anúncio de superação. Isso de fato não é ruim do ponto de vista do controle social pois há um maior engajamento dos gestores, dos políticos e da própria comunidade que pressiona por melhores resultados. Mas, do ponto de vista da gestão, não tem significado maior uma vez que o ataque aos baixos resultados ou a manutenção dos bons índices vão depender da análise crítica de cada realidade e de suas possibilidades concretas de superação. A competitividade é uma prática que deve passar distante da Educação que, por princípio, trabalha com a cooperação e solidariedade.

TÍTULO	DATA	VEÍCULO	TIPO DE DESTAQUE	TIPO DE ABORDAGEM	MODO DE ABORDAGEM
Escola que melhorar terá mais dinheiro do governo	25/4/2007	Folha de São Paulo	Capa	Manchete	Sem ranking
MEC dará recursos extras a escola que melhorar atuação	25/4/2007	Folha de São Paulo	Capa de Caderno	Reportagem	Sem ranking
Plano da Educação tem meta com prazo para 2022	25/4/2007	Folha de São Paulo	Matéria principal	Reportagem	Sem ranking
Para governo, só 0,8% das cidades têm ensino ideal	26/4/2007	Folha de São Paulo	Capa	2a. Manchete	Com ranking
Os planos e os mestres	26/4/2007	Folha de São Paulo	Editorial	Opinião	Sem ranking
Só 0,8% das cidades do país têm ensino considerado ideal	26/4/2007	Folha de São Paulo	Capa de Caderno	Reportagem	Com ranking
Cidades do nordeste têm pior desempenho	26/4/2007	Folha de São Paulo	Matéria página inteira	Reportagem	Com ranking
Ministério errou resultados da Prova Brasil em 2006	26/4/2007	Folha de São Paulo	Matéria página inteira	Reportagem	Com ranking
Só 62 escolas têm nível de país desenvolvido	22/6/2007	Folha de São Paulo	Matéria página inteira	Reportagem	Com ranking
Ensino Médio melhora mais devagar que o fundamental	12/6/2008	Folha de São Paulo	Capa	Chamada	Com ranking
Ensino Médio não segue avanço na educação	12/6/2008	Folha de São Paulo	Capa de Caderno	Reportagem	Com ranking
Ensino fundamental atinge meta de 2009	12/6/2008	Folha de São Paulo	Matéria página inteira	Reportagem	Com ranking
Índice de aprovação põe SP entre os 4 melhores do país	12/6/2008	Folha de São Paulo	Matéria página inteira	Reportagem	Com ranking
Ensino básico no Brasil piorou se comparado a 1995	13/6/2008	Folha de São Paulo	Matéria página inteira	Reportagem	Sem ranking
Escola pública está três anos atrás da particular	5/7/2010	Folha de São Paulo	Capa	2a. Manchete	Com ranking
Rede pública está 3 anos atrás da particular	5/7/2010	Folha de São Paulo	Capa de Caderno	Reportagem	Com ranking

Cidades pequenas de MG e SP se destacam	5/7/2010	Folha de São Paulo	Matéria de página inte	Reportagem	Com ranking
Retrato da Educação	6/7/2010	Folha de São Paulo	Editorial	Editorial	Sem ranking
Na pior escola, falta professor de Matemática	6/7/2010	Folha de São Paulo	Matéria secundária	Reportagem	Com ranking
Da avaliação ruim, lições que transformam o ensino	30/6/2008	Gazeta do Povo	Capa	Chamada de Capa	Sem ranking
Escolas comemoram "virada"	30/6/2008	Gazeta do Povo	Matéria página inteira	Reportagem	Sem ranking
Índice do ensino público põe PR no topo e fim da lista	27/4/2007	Gazeta do Povo	Capa	Manchete	Com ranking
PR aparece no topo e fim de ranking que avalia ensino	27/4/2007	Gazeta do Povo	Matéria de página inte	Reportagem	Com ranking
Paraná supera as metas na educação, mas a situação ainda é precária	12/6/2008	Gazeta do Povo	Capa	Manchete	Com ranking
Mesmo com nota baixa, PR supera metas	12/6/2008	Gazeta do Povo	Capa de Caderno	Reportagem	Com ranking
Ideb mostra Curitiba dos extremos, com a melhor e pior nota do ensino básico	21/6/2008	Gazeta do Povo	Capa	Chamada de Capa	Com ranking
Curitiba tem a melhor nota entra capitais na educação	21/6/2008	Gazeta do Povo	Capa de Caderno	Reportagem	Com ranking
Só 15 escolas públicas do PR atingem meta de qualidade	22/6/2007	Gazeta do Povo	Capa	Manchete	Sem ranking
Só 15 escolas públicas do PR atingem meta de qualidade	22/6/2007	Gazeta do Povo	Capa de Caderno	Reportagem	Com ranking
Ideb sobe e país pode alcançar meta em 2016	2/7/2010	Gazeta do Povo	Matéria de página inte	Reportagem	Sem ranking
Curitiba lidera e PR fica entre os 5 na Educação Básica	5/7/2010	Gazeta do Povo	Capa	Chamada de Capa	Com ranking
Paraná supera as metas do	5/7/2010	Gazeta do Povo	Capa de Caderno	Reportagem	Com ranking
36 cidades atingem meta da educação prevista para 2021	6/7/2010	Gazeta do Povo	Capa	Manchete	Com ranking

36 cidades do PR superam meta do Ideb	6/7/2010	Gazeta do Povo	Matéria de página inte	Reportagem	Com ranking
Ideb como indicador do	12/7/2010	Gazeta do Povo	Capa	2a. Manchete	Com ranking